

A UNIVERSIDADE E A CRISE

José Arthur Giannotti

I

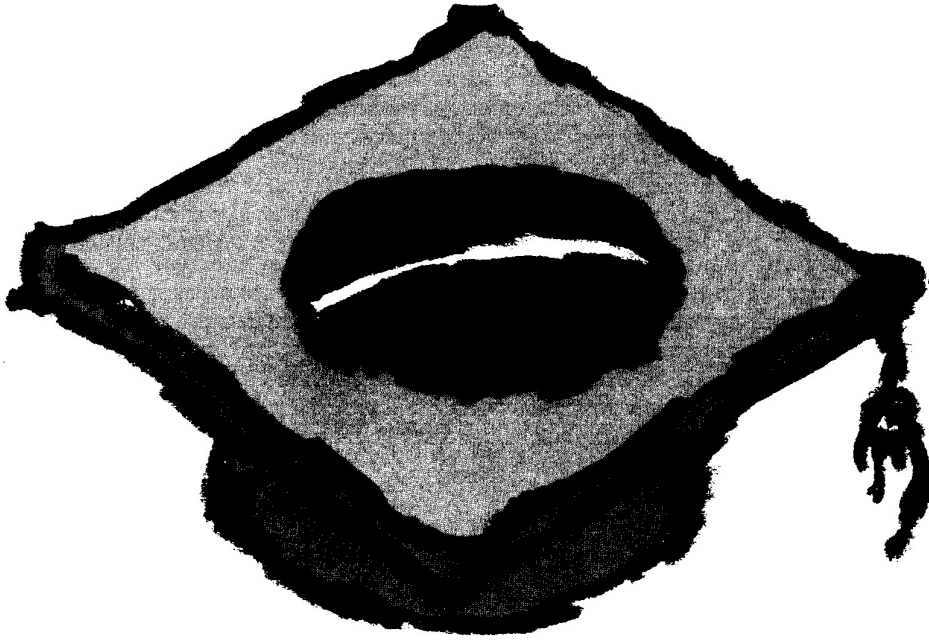
Foi-se o mundo de antigamente. A revolução tecnológica alterou por completo nossas relações com a natureza e com o outro. Vivemos mergulhados numa segunda natureza constituída de máquinas sábias, verdadeiros raciocínios ambulantes dos quais pegamos o começo e o fim. O protótipo da máquina moderna, o computador, não tem nada a ver com a ferramenta, que prolonga o gesto e poupa esforços; consiste na encarnação duma teoria, saber feito material volátil, que por si só a verifica e abre um espaço inédito que o conhecimento do indivíduo nunca poderia desenhar. O computador é um cientista coletivo posto à disposição do pesquisador ou da dona-de-casa. Por isso reúne, no seu pequeno intervalo, a teoria e a prática, sendo o exemplo mais extraordinário de como a ciência neste século se transformou numa força produtiva. Se, na verdade, pode ser objeto de consumo individual, jogo de salão moderno, é quando se integra numa fábrica ou numa instituição prestadora de serviços que cumpre seu destino social.

**Nem só de
computador
vive o homem.
"Boa ou má
nova"?**

Mas nem só de computador vive o homem moderno. O telefone, a televisão, o processador de palavras, o avião ultrarrápido são peças de sistemas diante dos

quais cada um se põe isoladamente, fascinado pela máquina como se ela fosse uma tela de cinema que, no escuro, abole o pensamento próprio. Nada mais próximo do que a voz que fala do outro lado da linha, ouvimo-la como se estivesse ao lado. Enquanto porém o outro visível foge de nosso arbítrio e resiste a nossos caprichos, a voz alheia no aparelho depende duma ligação desejada e está sempre à mercê daquela ira que bate um telefone na cara. Desse modo, a confissão mais íntima vive sob a ameaça dum corte abrupto, que empresta à individualidade contemporânea o caráter duma mônada sem janelas. A ilusão narcísica é contraparte da cientificação da natureza.

Insulado nas metrópoles populosas o homem nunca esteve tão só. A vizinhança, a comunidade de base e outras formas modernas de associações sociais são passageiras diante dos grandes acontecimentos de massa. Pela manhã uma ponderável parte da população de São Paulo acompanha um locutor de rádio que lhe conta as aventuras do mundo: aos domingos ela se agarra num programa de televisão que dura o dia inteiro. Vale a pena notar dois traços de programas como estes: de um lado, contêm de tudo, é como se passassem em revista o pró-



prio universo; de outro, sua longa duração que compete com qualquer peça japonesa. Não há dúvida de que as pessoas não os assistem o tempo todo. O jardineiro continua sua faina enquanto carrega de lá para cá seu rádio de pilha, e a moça no domingo se ocupa disto ou daquilo enquanto espia continuamente, com o rabo do olho, seu herói favorito.

Não imaginemos que tais fenômenos atinjam apenas as classes populares, eles se repetem, noutros termos, com outras classes. O pebolim ou o videogame, o disco ou o videocassete são, do mesmo modo, acontecimentos que massificam individualidades esgarçadas. Sem os apoios das comunidades tradicionais, particularmente da família que hoje em dia se espatifa por todos os lados, a pessoa encontra sua individualidade nesses longos traços de humanidade que a máquina lhe traz, presentificando para todos os seus sentidos os mais diversos fatos. Se nos tempos de Kant era possível pensar que a imaginação transcendental era responsável pela constituição do eu concreto, hoje em dia cabe mostrar como essa tarefa é cumprida pela presença da imagem e do som fornecida pela máquina. O traço contínuo dos fatos diversos transformou-se numa medida da individualidade contemporânea.

II

Tudo estaria no melhor dos mundos possíveis do lazer se o indivíduo não fosse obrigado a trabalhar, ou, como veremos, ao menos a fazer de conta que trabalha. Livre na sua alienação ele trabalha por um salário. Nunca houve uma sociedade em que existisse tal predominância do assalariado. Este é um fato que não se pode perder de vista, pois aponta para um dos princípios básicos de socialização do homem moderno. No mercado de trabalho, sua primeira atividade consiste em negociar sua força. Daí a força de trabalho se constituir, ao menos em primeira instância, como valor, a saber algo que se põe como comum a todas as mercadorias. Já que elas precisam sistematicamente ser repostas, elas se dão como produto, donde o valor se apresentar como produto dum trabalho igualável a todos os outros trabalhos dos mais diversos produtores, por conseguinte, trabalho abstrato sem qualquer outra determinação. Neste nível, o isolamento dos trabalhadores enquanto assalariados é suprimido pela comunidade posta pelo trabalho abstrato: todos eles são membros duma *societas*, sócios dum imenso processo produtivo que os engrena como peças complementares duma enorme máquina automática.

Liberdade na alienação

Necessidades sociais ou necessidades do capital?

Acontece, porém, que o assalariado de hoje usufrui duma série de serviços públicos que fogem às leis imediatas do mercado. Fala no telefone ou toma ônibus, pagando para isso uma quantia que nada tem a ver com o salário que recebe. O operário ou o médico pagam a mesma quantia por uma ficha de telefone, usando assim um serviço público cujo preço foge das flutuações do mercado. Acresce que os investimentos públicos, depois das políticas keynesianas, não são propriamente orientados no sentido de satisfazer as necessidades da população em geral, mesmo que tais necessidades sejam criadas pelo capital, mas, antes de tudo, a fim de assegurar a continuidade do processo de acumulação capitalista. Em outras palavras, o transporte ou a universidade, antes de responderem às necessidades da população, servem de escoamento do capital estatal, forma de controlar o andamento da economia como um todo. Deste ponto de vista, a universidade vale mais por seus gastos do que pelos serviços que presta. Este fato salta aos olhos numa situação de crise como aquela por que estamos passando: o Estado não se acanha em suacatar todo o parque universitário brasileiro, mandando para o brejo investimentos de longa duração no setor de pesquisa ou do ensino, desde que possa cumprir os acordos com o FMI e tentar o controle da inflação.

Peço desculpas por ter metido o beldelho num terreno que escapa de minha competência e que, além do mais, é matéria de grande controvérsia. É bem verdade que os filósofos têm o vício de ser intrometidos; não é, porém, por causa dessa veneranda tradição que aludo a tais problemas. Trata-se a meu ver, duma questão que atinge o próprio cerne da crise moderna, desta crise de legitimidade que afeta tanto o Estado quanto qualquer outra forma de legalidade social. Desde o século XVIII os sábios têm se espantado com o estranho fenômeno de que o encadeamento da mais acirrada luta pelos interesses individuais resulta numa harmonia da produção, distribuição, troca e consumo. Por certo, sempre houve crises neste processo de reposição social. Mas, a longo prazo, a sociedade parece dotada dum movimento automático, como se o interesse individual já tivesse sido integrado num todo pela providência divina. A mão invisível

do mercado de Adam Smith e o ardil da razão hegeliano são conceitos paralelos. A observação desse automatismo é responsável pelo forjamento do conceito de sociedade civil e da concepção dum Estado separado dela. Pois bem, a existência dum capital estatal, vale dizer, dum fundo público posto a serviço do processo de acumulação capitalista, embaralha os dois níveis, na medida em que a sociedade civil não logra repor-se sem a intervenção direta do Estado.

Diante de tais perguntas é possível tomar uma posição que somente na aparência é radical: sociedade civil, Estado separado dela são conceitos do século XVIII e XIX e devem ser enterrados com eles. Não me parece frutífera essa postura, porquanto deixa de lado um instrumento afinado para compreender a história do capitalismo competitivo e *ipso facto* o lado histórico da crise contemporânea. E por isso cai numa ontologia identitária do social: a sociedade é compreendida como coisa que se dá desde logo individualizada, quando, em verdade, mais do que um dado é um movimento de dar-se, de encontrar por seus próprios meios uma individualidade sempre posta em xeque e sempre refeita.

Dessa ótica, as sociedades capitalistas do século XIX tinham como princípio de individualização o movimento automático do capital, esse processo individual de compra e venda da força de trabalho que resultava na harmonia dum capital social total. A despeito de cada unidade produtiva buscar seu próprio lucro, o movimento de cada uma delas acabava integrando-se no processo de conformação duma única taxa de lucro. Por certo, o Estado sempre esteve presente nos momentos de crise do capital e nas lutas constantes por sua expansão. Na Europa o capitalismo não teria se instalado e liquidado o Antigo Regime sem o auxílio constante do Estado. No entanto, o que me interessa não é tanto constatar a continuidade dessa presença, mas a radical diferença de *forma* pela qual o Estado passa a intervir depois da Grande Depressão. Daí a necessidade de salientar o caráter de capital que o fundo público assume quando chega a constituir-se como massa de valor posta a serviço do processo de valorização. Por que o Estado passa então a cumprir a antiga função do capital social total, por que passa ele a ser responsável pela identificação da sociedade como um todo? Simplesmente

porque o avanço tecnológico, a transformação da ciência em força produtiva, impedem a constituição duma taxa de lucro. As grandes empresas, auxiliadas pelo Estado, mantêm hoje o monopólio da capacidade de gerar novas tecnologias. O saber, enquanto saber novo que se faz máquina, tornou-se monopólio de alguns capitais que, desse modo, contam com a vantagem de produzir valores extras, ganhando sempre na margem duma produtividade do trabalho que nunca consegue se espalhar para o resto do sistema produtivo. No que respeita à produção de valores, a grande empresa está diante das empresas de porte concorrencial na situação inversa daquela em que Aquiles se defronta com a tartaruga. Cada passo que ele dá na direção dela, a tartaruga dá um salto para a frente porque está montada numa bicicleta eletrônica.

Vejo, pois, a crise da sociedade contemporânea como a explosão do processo de individualização do capital. O movimento para a geração de valores começa pela troca de mercadorias e, substancialmente, pela negociação requerida na compra e venda da força de trabalho. Mas o empuxo para a formação dum circuito de valores, duma produção de mercadorias por meio de mercadorias, é inibido pela impossibilidade duma equalização dos trabalhos que desse ao sistema a medida dum trabalho homogêneo. Sem o movimento real de homogeneização dos trabalhos, obstado pelo monopólio da capacidade de gerar nova tecnologia, o capital perde sua medida objetiva, requerendo assim a constante intervenção do Estado para sanar suas vicissitudes. O Estado unifica a sociedade moderna, só ele lhe empresta um perfil permanente. Qual é, todavia, o caráter desse perfil? Não possui outra medida além daquela necessidade de apagar o fogo da crise, perde aquele ponto de referência antigo constituído pelo movimento de constituição duma única taxa de lucro que assegurava a autonomia da sociedade civil, para se colocar como um juiz sem código que mascara pelo ritual do julgamento o arbítrio de sua ação. Não estou afirmando que a intervenção do Estado não tenha seus limites, mas tão somente que dentro deles age em resposta ao jogo de interesses privados, sem lei maior que representasse os interesses nem mesmo do capital coletivo. Nesse sentido, a lei é *ad hoc*. Não retrocedemos à situação dos selvagens que desconhecem o papel me-

diador da lei estatal; se mantemos a lei é para transformá-la casuisticamente ao sabor dos privilégios daqueles que assaltaram o poder. No sentido mais legítimo da palavra, trata-se dum *estado bárbaro* em que um poder anônimo, de cunho estatal, se exerce sem lei.

A crise de legitimidade do Estado contemporâneo não nasce, pois, como querem alguns, da disfunção de nosso sistema comunicativo, do embaralhamento da razão tecnológica com a razão lingüística, mas da ausência de razão, de medida, pela qual a sociedade pudesse articular-se e individualizar-se no processo produtivo. A desmedida da sociedade civil pede a intervenção dum Estado desmedido, de sorte que não há fundamento duma legalidade permanente, toda legalidade é sapada. É como se os homens se reunissem em assembléia para estabelecer um pacto social, impossível, contudo, pois cada um trata de burlar até mesmo as regras formais que permitem a constituição duma vontade coletiva. Não valem nem mesmo as regras para uma votação. Como, porém, os homens esqueceram o caminho da floresta, estão confinados na sala de reunião, tendo em frente a mesa que obedece a todas as aparências do regimento interno a fim de permitir que os ricos fiquem mais ricos e os pobres mais pobres.

Compreende-se que, diante da ilegitimidade do Estado, as pessoas tratem de encontrar suas próprias identidades noutras paragens. Sem fortes laços de família, convivendo cotidianamente com rostos anônimos, cada um agarra a primeira coisa de caráter *comum* a qual lhe surja pela frente. O *mesmo* buraco na rua que atrapalha os vizinhos, a *mesma* falta de escola, a *mesma* carestia, e assim por diante, servem de ponto de referência, de padrão de medida, para a socialização de sua desgarrada individualidade pressuposta. Cada um se identifica assim como membro dum mesmo movimento social. No entanto, inevitavelmente esse movimento precisa bater nas portas do Estado a fim de fazer valer a sua reivindicação, obter o recurso para tapar o buraco, prover a escola ou diminuir os preços — o que resulta no fortalecimento desse Estado em sua função de tapar *ad hoc* as crises. Desde o início o movimento social é político, orientando-se diretamente na direção do Estado; desde o início, porém, esse movimento é incapaz de fazer política, pois não possui outra

**A tartaruga
e a bicicleta
eletrônica:
a crise
da medida e do
valor.**

**Os buracos
comuns na falta
da legitimidade**

saída do que reforçar o poder estatal. Poucos são os processos que escapam desse impasse, desde logo firmando-se como políticos em virtude de começar desenhando o perfil duma nova sociedade. Daí a importância dos processos de socialização que desde o princípio se colocam como totalizantes. Se o movimento social vai do particular, da base para o Estado, os meios de comunicação de massa e a propaganda política começam por se apresentar como a integralização dos fatos diversos ou como a discussão da própria identidade do País. São gerais pela base, de sorte que essa universalidade permite uma socialização do indivíduo solto que o movimento social nunca há de gerar. Por certo os partidos políticos carecem duma transformação a fim de que se ajustem às condições hodiernas da conquista do poder; também eles tratam de fazer de conta que mudam para nada mudar. Por certo os meios de comunicação de massa anestesiam a capacidade crítica do indivíduo e impõem uma fala, uma opinião e um gosto homogêneos. No entanto, em vez de lamentar as tradições perdidas, prefiro salientar o caráter generalizante tanto do partido quanto daqueles meios, pois só eles se põem desde logo num terreno em que a política pode medrar. O basismo me parece uma ilusão de classe média, que teme os processos universais de socialização.

III

O saber e a barbárie: onde está a Universidade.

Se se perde de vista a função peculiaríssima que o saber assume no cerne da barbárie contemporânea, corre-se o risco de se tomar a Universidade pelo que ela pensa de si mesma. Não estou negando a validade do ideal daquela comunidade de sábios que se reúnem para preservar os conhecimentos do passado, investigar as condições do presente e preparar os sábios do futuro. Apenas vejo que esse ideal se integra num movimento de socialização que resulta na conversão da Ciência em força produtiva e fonte dum monopólio em que o capital contemporâneo haure sua força. O intelectual não trabalha para a humanidade, mas para o Estado, não só porque em grande parte é funcionário público, mas ainda porque é o Estado o grande responsável pelo financiamento da pesquisa básica e aplicada. Isto no Brasil, como em qualquer país estrangeiro.

Acresce que o próprio intelectual é monopolizador. Isto advém do funcio-

namento do atual mercado da força de trabalho. Em vista dos progressos da automação do sistema produtivo e da vida cotidiana, o saber, a qualificação do trabalho, se tornam trunfo essencial na negociação pelo salário. Ao contrário do que se pensou no século XIX, o trabalho não se homogeneiza em contato com a máquina automática, mas se diferencia em múltiplas qualificações, cujo monopólio serve para cada um encontrar seu lugar ao sol. Não há dúvida de que este saber é muito mais prático do que teórico, sendo gerado muito mais pelo caminhar através da cidade moderna e pela freqüentação da fábrica do que pela ida à escola. Além disso, um trabalhador pode, a partir de certo nível de educação formal, ser reciclado em curto prazo numa nova qualificação. Isto vale tanto para o operário quanto para o professor universitário. No entanto, a dura competição do mercado de trabalho tende a negar essa realidade social, fazendo com que cada um se afeire às excelências de sua profissão, mistifique as dificuldades do acesso a um saber determinado, valorizando no imaginário aquilo que é negado pelo moderno processo de socialização. A sociedade, contudo, também é formada por suas imagens e representações, existindo na travessia espetacular que vai do esforço representativo de cada um até a conformação e reposição das estruturas objetivas. No seu domínio não existe primordialmente nem sujeito nem objeto, mas tão somente processo de objetivação dum sujeito que se identifica por ele.

Nessas condições, o sujeito vive numa crise que nega mas repõe a peculiaridade de seu saber individual. Este é um fator a mais que vem emperrar o funcionamento da lei do valor trabalho. No entanto, não pode ser compreendido sem ela. Principalmente porque se cruza com outra característica, do capitalismo contemporâneo; a cada emprego gerado nos setores propriamente produtivos correspondem dois ou mais empregos nos setores de serviço. Assiste-se assim o fenômeno inédito de que grande parte do esforço produtivo duma sociedade é dirigido para a produção de objetos, quer sob a forma de mercadoria, como a consulta do médico particular, quer sob a forma de valor de uso, como a segurança da polícia, objetos que são consumidos no ato, constituindo quase *performing objects*. Daí o monopólio deles não po-

der residir na propriedade reservada da coisa mas na capacidade de gerá-la. Como medir sua eficácia?

Quando se produz uma peça de automóveis, sua qualidade encontra sua verificação no bom funcionamento do carro por inteiro. Não acontece o mesmo com a consulta do médico ou a batida do policial, o primeiro gerando saúde e o segundo uma cidade ordeira? A saúde e a ordem, entretanto, dependem muito mais da reação do organismo e da cidade do que da intervenção direta dos dois operadores. É de notar que igualmente o operário ultraqualificado vê seu trabalho perder aquele caráter de intervenção direta na coisa para transformar-se num ato propiciatório diante dum painel. Grande parte do trabalho contemporâneo consiste no ato de chamar um efeito útil num automatismo cuja finalidade já está inscrita em seu próprio seio. Foi-se o tempo daquele trabalho artesão que possuía como *telos* ofertar aos deuses a taça fabricada; hoje em dia ele é consumido por uma medida, uma *ratio*, de metais e plástico. E quando ele perde até mesmo essa medida, como no caso dos serviços, fica sem qualquer terreno de verdade. A extraordinária produtividade do trabalho ligado à produção de bens de capital permite uma expansão inédita dos serviços e, com ela, a avalanche de trabalhos cuja eficácia dificilmente pode ser computada. Mas um operário duma fábrica automática já não está muito próximo dum prestador de serviços? Ao invés da proletarianização das classes médias não estamos assistindo a um pequeno aburguesamento do proletariado?

Seguem-se dois fenômenos sociais de suma importância. Primeiro, uma forma peculiaríssima de negação do saber. Quando ele nasce no Ocidente sob a forma de teoria, de contemplação da atividade do *logos*, sua negação consiste no *falar* sem medida, no tagarelar sem *ratio* que afirma igualmente o verdadeiro e o falso. Ao sábio (*sofos*) se contrapõe o sofista. É por isso que se torna necessária a atividade dos filósofos, amigos da sabedoria autêntica, como são amigos dos animais aqueles que os protegem contra a maldade dos homens. Mas já nessa época, a autêntica sabedoria se constitui da sofia e de seu reverso, pois uma se identifica no combate da outra. Agora que o saber se transforma no uso duma qualificação monopolizada, sua negação consiste no abuso dela, no monopólio

dum saber imaginário cujos efeitos podem passar despercebidos. Ao sábio se contrapõe o sabido. Onde estão os filósofos de hoje?

O corporativismo encontra aqui seu alimento e sua justificativa. Este é o segundo fenômeno que pretendo salientar. Em defesa do nível qualitativo de cada saber, os profissionais se associam numa categoria. Essa defesa implica reforçar o monopólio do grupo, criando barreiras de acesso à profissão e regras para o exercício dela. Com isso se abrem as portas para os sabidos que tomam de assalto tais associações em defesa de suas malandragens. A sociedade contemporânea é corporativista pela raiz. Isto se torna ainda mais evidente nos momentos de crise como aquele por que estamos passando. A pauperização de todos esses profissionais qualificados não os conduz à proletarianização, à homogeneização de todos eles sob a rubrica geral de trabalhadores. Muito pelo contrário, cada um se aferra às suas diferenças reais e a seus símbolos, a tal ponto que deixa de ter importância a distinção entre o saber real e o saber imaginário. E como não há uma medida socialmente efetiva para a eficácia dos serviços uma medida que objetivamente comprovasse sua validade, desaparece a fronteira entre o trabalho efetivo e o trabalho imaginário. Nos órgãos de administração pública e até mesmo privada, nos hospitais e nas escolas, trabalhasse assim como se faz de conta que se trabalha. Já que a Universidade é uma instituição de classe média, compreende-se como pode vir a ser o paraíso dos sábios e dos sabidos, onde se torna difícil distinguir o trabalho efetivo daquele que faz de conta. Cabe uma análise dela, não como espécie de consequência do que foi dito acima, mas como de um caso onde isto aparece concretizado, reposto em novas circunstâncias.

IV

A Universidade de hoje cumpre ao menos quatro funções: abriga o saber erudito, treina profissionais, presta serviços à comunidade e forma ideólogos das classes médias e dominantes. Mas o faz como instituição corporativista que tem, além do mais, dificuldades em distinguir o saber real do saber imaginário. Estes traços se tornam mais agudos no Brasil, em virtude do crescimento rápido e atabalhoado que ela sofreu principalmente a partir de 1968. Em geral, trata-se duma

A transformação do saber em astúcia: o nascimento do corporativismo

A Universidade de hoje: real e imaginário, efetivo e "faz de conta".

**Faz de conta
que ensina,
faz de conta que
estuda:
a comunidade
dos sabidos.**

Universidade mal aparelhada, com laboratórios ineficientes e bibliotecas paupérrimas. O recrutamento forçado entupiu-a com professores incompetentes. O grande desafio é que não vejo tais defeitos como vicissitudes passageiras, resultantes duma época de expansão, e que seriam sanadas pelo tempo. A crise é mais profunda e as contradições internas da Universidade brasileira jogam-na num estado de paralisia crônica.

A Universidade é coisa perigosa em países subdesenvolvidos. Só o fato de possuir hoje mais de 1.600.000 estudantes dá uma idéia da revolução intelectual que haveria se a maioria deles fosse eficaz e inventiva. Daí a funcionalidade da infra-estrutura precária e da incompetência.

Já o vestibular começa como máquina de triturar talentos. O treinamento para o teste homogêneo equaliza por baixo, beneficiando o aluno esforçado e punindo o inventivo. Alguns são eleitos numa massa de candidatos cuja formação toda ela foi tomada como parte para a Universidade. É evidente que nessas condições o próprio ensino secundário está votado à falência, já que as tímidas tentativas de lhe emprestar cunho profissionalizante não passaram duma farsa.

Transpostos os muros da Universidade, o estudante inicia seu martírio. Contam-se nos dedos os cursos que oferecem uma formação adequada e oportunidades para desenvolver um pensamento criador. Mesmo nas grandes universidades, há casos de cursos totalmente desarticulados, onde o professor durante anos ensina a mesma coisa ou o que está acabando de aprender em suas próprias pesquisas; cada docente faz o que quer sem ter em vista as necessidades gerais da formação do aluno. Este esgarçamento do ensino aparece dourado pela ideologia de vincular docência e pesquisa, mas na realidade expressa a impossibilidade do professor se distanciar de suas próprias angústias intelectuais, a fim de apresentar ao aluno um trabalho, uma aula, que desperte o interesse dele e se integre no panorama de suas carências. O mesmo acontece com os famosos seminários. Com o intuito de evitar o autoritarismo da aula magna, o professor começa mentindo ao dizer aos estudantes que todos ali estão para aprender juntos. Como se um não devesse saber muito mais do que o outro, sendo pago justamente para isso. O resultado é uma aula chatíssima, em que um aluno

despreparado expõe idéias vagas, que o professor comenta ao sabor de suas associações. Não há dúvida de que se deve dar ao estudante a oportunidade de treinar sua capacidade de exposição; montar, entretanto, todo um curso na base de seminários, é retirar da aula o caráter dum trabalho que o professor prepara em casa e encena no momento. Trabalho muito mais para o aluno do que para ele. Não é à toa que o jovem pula dum curso para outro, havendo alguns que se transformam em verdadeiros campeões do vestibular.

Sem aula e sem biblioteca o estudante tende a fazer de conta que estuda, e o professor a fazer de conta que ensina. Este último está, além do mais, enquadrado numa carreira que valoriza seu desempenho burocrático. Quantas vezes o físico é obrigado a parar de trabalhar para escrever sua tese de doutoramento? É sabido que o cientista de hoje, em geral, investiga de parceria, publicando um trabalho curto de rápida divulgação. Que outro sentido pode ter a exigência duma tese robusta a não ser a anestesia de seu trabalho? Por hipótese, o sociólogo ou o filósofo devem escrever livros, mas eu gostaria de saber qual é a proporção, no domínio das humanidades, entre a tese defendida e a tese publicada. Quantos titulares existem que não publicaram um único livro? Levando tudo isso em conta, não se deve dizer que a Universidade funciona para não funcionar? Não é ela uma espécie de analgésico que se aplica a uma juventude irrequieta e a intelectuais classe média, de parolagem radical, a fim de que todos fiquem à margem dos movimentos efetivos da sociedade brasileira? Não é sintomático que, com algumas exceções, principalmente dos economistas, a Universidade esteja calada diante da enorme crise que nos assola. Na verdade a UNICAMP se manifestou a respeito, duma forma corajosa, mas duma Universidade se espera mais do que manifestos, dela se espera uma análise crítica, todo um trabalho de compreensão da modernidade do qual ela tem se ausentado.

Marca profundamente a vida da Universidade brasileira o fato dela ser diretamente um órgão do Estado. Por certo não existe hoje em dia uma Universidade inteiramente privada, pois mesmo nos Estados Unidos, em virtude do volume do financiamento estatal da pesquisa, ela é uma coisa pública gerida por corpora-

ções isoladas. Entre nós, o professor é uma espécie de funcionário público mandá-los que tende a usar privadamente a coisa pública. Há reitores que se perpetuam no poder como se ali estivessem para perpetuar uma dinastia; há casos em que uma gang se apropria do Conselho Universitário para estabelecer um poder oligárquico; e o próprio departamento tende a enfeudar-se de modo que seus membros se protegem mutuamente de qualquer ingerência interna. Disso tudo resulta uma distância entre a Universidade do estatuto, do papel, e a Universidade real. O reitor imperial aplica a lei a seus inimigos e destina favores a seus amigos. Os grupos oligárquicos mandam e desmandam quando não passam a exercer verdadeira patrulha ideológica. E por todos os lados se assiste ao aparecimento duma elite burocrática, em geral formada por docentes de carreira rápida, que se reveza nas comissões e nos lugares de mando. Tece-se um ritual a fim de obrigar o docente a uma carreira por mérito e a passar por concursos públicos periódicos. Mas por trás do rito está o favoritismo que transforma cada concurso num jogo de cartas marcadas. Quanto maior o poder e o grau de coerência interna dos grupos, menor a prestação de contas de seus membros. Há casos em que o funcionamento duma unidade fica emperrado porque ninguém presta contas a ninguém; a docência mesmo em tempo integral aparecendo como sinecura a fim de que o professor, depois de se livrar do ônus da aula, possa dedicar-se inteiramente a seu ócio. Nessas condições, em que a qualificação é trunfo no mercado de trabalho mas tão somente símbolo numa administração sem mercado, não é de estranhar que reputações se formem pela graça do Espírito Santo. E nada mais perigoso para o intelectual sabido do que testar seu saber num diálogo ou numa discussão. A Universidade assim se fecha em copas.

Tanto quanto outros setores do País, a Universidade tem sido atravessada por movimentos sociais. Os docentes se organizam em associações de classe e trazem à luz suas reivindicações. O maior esforço tem sido consumido em diminuir os efeitos do arrocho salarial. Logo em seguida vem a reivindicação por melhores condições de trabalho. Mas estas são muito mais verbais do que efetivas, resumindo-se burocraticamente em levar ao reitor ou ao Governo um monte de idéias,

sem que contudo se inicie pela base uma nova divisão do trabalho intelectual. Como outros movimentos sociais, espera do Estado a palavra salvadora. É de notar que todo esse reboleio por que tem passado a Universidade nos últimos tempos não produziu até hoje um projeto válido para ela própria. O projeto da ANDES exprime unicamente as demandas dum baixo clero que teme um processo efetivo de seleção de cérebros e cai na proposta escandalosa duma carreira por tempo de serviço.

Como um movimento social, o movimento dos docentes se processa por convulsões. Durante a campanha salarial ou pela eleição do reitor se move toda a comunidade acadêmica; depois disso é o refluxo, sem deixar traços duma organização propriamente política, vale dizer representativa. Por mais estranho que pareça o movimento que demanda uma politização da Universidade é social e não político. Este traço ainda mais é reforçado por uma visão basista da política, pelo mito da sociedade transparente onde não haja delegação de poder. Daí o risco desse movimento implantar na Universidade uma espécie de burocratização anônima vinda de baixo, pois a eterna discussão nas assembleias pode emperrar as decisões, impedir a divisão das responsabilidades e a cobrança das tarefas. Está na hora de se perceber que a Universidade não é uma sociedade em miniatura e que nela a democracia não pode ter o mesmo sentido que a democracia como forma de governo duma nação. Para funcionar com mínimo de eficácia as diferenças de mérito precisam ser salientadas, a competência valorizada e se deve emprestar à carreira pública aquilo que ela ganhou de mais lícito no mundo moderno: o fato dos cargos serem disputados por concursos. De outro modo, é o império da patronagem e o enfeudamento das instituições.

Isto não significa, entretanto, que não existam decisões políticas na Universidade, tudo se resumindo a questões técnicas. Quem afirma que tudo é político acaba dizendo que nada é político, quando a primeira tarefa duma política, que não se pretenda autoritária, é circunscrever seu próprio domínio. Onde reside a parte política da Universidade? Creio que ela está, antes de tudo, na discussão das prioridades da pesquisa, do ensino, da prestação de serviços, da formação ideológica. É uma questão política decidir

O movimento social dos universitários: faz de conta...

Um programa para a Universidade

A democracia universitária é como qualquer democracia: representação.

qual dessas funções será enfatizada no interior duma universidade, que área da ciência receberá maiores recursos, que tipo de ensino será ministrado, qual o perfil do profissional a ser formado, que forma de serviços serão prestados à comunidade e assim por diante. Por isso a questão da democracia na Universidade precisa ser colocada em vários níveis. A simples eleição direta dum reitor ou dum chefe de departamento significa hoje, na verdade, um passo importante na luta contra o autoritarismo que se infiltrou pelos poros de nossa sociedade. Não deve ser, porém, tomada como panacéia universal nem serem diminuídos os riscos em que ela incorre. De um lado, está o perigo de borrar a distinção entre o técnico e o político. Um departamento, por exemplo, é basicamente um órgão técnico. Se seu chefe deve ser eleito — e por quem, é um tema a ser discutido — isto não significa que a composição dos currículos, o recrutamento dos professores e a orientação da pesquisa devam ser politizados. De outro, reside ainda o risco de colocar um homem forte, com a autoridade legitimada pela eleição, num posto de mando que conserva mecanismos autoritários. E como todos sabem, o uso do cachimbo faz a boca torta.

Desde que se coloque a questão da democracia universitária ao nível da discussão das prioridades, fica claro que ela só poderá ser exercida por mecanismos de representação. Trata-se duma luta constante que não pode ser decidida numa única assembléia geral, mas depende do trabalho de formiga de representantes fazendo a ponte entre suas bases e os órgãos colegiados máximos. Daí minha crença de que se precisa mudar urgentemente a composição dos conselhos universitários a fim de que eles se tornem mais representativos da comunidade como um todo, podendo ainda exercer maior vigilância sobre o executivo. A luta contra a burocracia implica visibilidade e já é tempo de terminar com o trabalho secreto das comissões.

No entanto, se a Universidade é apenas parte da sociedade e não sociedade em miniatura, não tem direito de decidir por si só as questões de prioridades. O conceito de autonomia universitária necessita ser refeito. Longe de mim a idéia de subordiná-la aos caprichos do Governo. Se defendo a tese de que ela deve se distanciar das sinuosidades do movimento estudantil — sendo que este é político

desde seu início —, com maior empenho saliento a necessidade de fazer valer a todo o custo os critérios acadêmicos. Uma coisa é a Universidade discutir com os representantes políticos da sociedade como um todo, desde os parlamentos até os sindicatos, outra ficar à mercê da política governamental interessada em encaixar seus homens de partido na rede administrativa. Ela tem interesses e fins próprios de que não pode abdicar, mas para cumpri-los cabe entabular um diálogo intenso e profícuo com os representantes de todas as partes da sociedade. Por fim, a democratização da Universidade implica o esforço a fim de que ela se torne mais representativa das várias camadas da população. Por causa de sua evidência, gosto de testar um indicador do caráter elitista dela: quantos negros estão nesta sala? Quantos negros estudam e trabalham nos *campi*?

V

Aos poucos minha análise foi se transformando num programa. É o momento de perguntar: há grupos interessados em realizá-lo? Não creio que se possa esperar muito do movimento estudantil. É previsível que ganhe importância nos próximos anos, mas acredito que, como sempre, terá uma orientação nitidamente política, fazendo da Universidade apenas seu lugar de passagem, deixando na margem as questões universitárias propriamente ditas. Não é o caso, entretanto, de subestimar sua capacidade de pressão no sentido de transformar a estrutura esclerosada. Se cada estudante, de seu ponto de vista particular, tende a permanecer conivente com essa Universidade que funciona para não funcionar, inserido no movimento estudantil, demanda melhores cursos e melhores condições de trabalho. Unicamente não possuem sozinhos a capacidade de traçar o projeto duma nova Universidade. Por sua vez, o movimento docente como um todo dificilmente perderá seu caráter corporativista, que pode ainda aumentar quando novas levas de professores e pesquisadores começarem a disputar as vagas que hoje estão sendo ocupadas pelos incompetentes. Felizmente esta tendência poderá ser contrabalançada pelos grupos na Universidade que ainda têm interesse por um trabalho efetivo.

Toco num ponto que me parece essencial para compreender os movimentos políticos das classes médias. Se, de fato, es-

tão mergulhadas no fazer de conta que trabalham e num consumismo que repete em miniatura o exercício duma vontade geral (a compra dum automóvel, por exemplo, representa menos o simples prazer do consumo e mais a oportunidade de exercer uma liberdade limitada); se, de fato, mantêm uma relação imaginária com o trabalho e com o poder, esta mesma relação as situa na má consciência. Deixa o gosto amargo duma vida sem sentido, duma contradição que não se resolve e dilacera a pessoa em múltiplas regiões. Alguns se submetem mais cinicamente a essa situação impossível, outros resistem com mais vigor e talento, mas todos se precipitam para a frente quando uma nova esperança se levanta de combinar a vida cotidiana com a ação produtiva concreta. Quem não espera trabalhar direito? Daí essas vagas de renovação por que passa a política moderna, daí essas convulsões que refluem diante da primeira derrota. Uma delas, porém, pode dar certo, principalmente se for orientada por uma teoria política correta, que, a meu ver, deve abandonar o mito da sociedade transparente e enfrentar, de vez, os problemas da representação. Se os grupos dinâmicos da Universidade, interessados em ensinar e pesquisar bem e prestar bons serviços à comunidade, se organizarem desde logo como um grupo político, propondo-se um projeto de Universidade nova e tendo em vista o objetivo claro de chegar ao poder, ela passará por um período de profunda reformulação. É preciso, porém, desde logo, que tais grupos compreendam que sem chegar ao poder da Universidade nada poderão fazer. Vamos acabar com essa mistificação de dizer que os cargos significam apenas ônus ou sacerdócio. Muito bom intelectual tem interesse em exercê-los e não há vergonha nisso. A vontade de saber pode aliar-se à vontade de poder, mas na Universidade esta não pode excluir a outra. Mas convém desde logo ter em mente que se os grupos começarem por declarar suas intenções políticas, estão propondo uma política da negociação, onde o poder deixa de ser a encarnação dum bem comum abstrato para o exercício dum acordo feito *ad hoc*. Duma coisa podemos estar certos: esta Universidade que funciona para não funcionar não está cumprindo nem mesmo os padrões dum funcionamento mínimo. A sociedade pressiona para que ela atinja um patamar de eficácia com-

patível com as exigências de nosso desenvolvimento. Percebendo a impossibilidade de reformar a Universidade de cabo a rabo, o Governo monta órgãos de financiamento que passam a incentivar diretamente, saltando por cima da organização burocrática, grupos mais inventivos. As próprias empresas batem às portas dos departamentos pedindo-lhes serviços, propiciando a criação de fundações. Muitos, orientados por uma ideologia estatizante e muito ciosos da isonomia salarial, reagem violentamente. Acredito que todas essas questões, assim como aquela da abertura do tempo integral, estão mal postas. Não se trata de separar uma Universidade que o Estado organiza como uma comunidade de sábios, de outra que se identifique com uma empresa capitalista. Nem uma nem outra são viáveis em sua pureza. A questão crucial é saber como se vai controlar a relação da Universidade com a comunidade e quem vai desempenhar essa função. O departamento estatal isonômico pode converter-se num ninho de burocratas, aquele intimamente ligado ao Governo ou à empresa privada, num inferno competitivo. O primeiro perigo a evitar é que ambos se julguem a si mesmos. Só me parece sair do impasse se a Universidade aprofundar seu processo de democratização, obviamente evitando o assembleísmo dum lado, e a farsa parlamentar de outro. Criar um sistema efetivo e eficaz de representação, eis a tarefa mais urgente.

Sabemos que nossas possibilidades são limitadas, não nos moveremos independentemente dos rumos em que o Brasil vai se mover. É impossível separar nossa vocação de professor de nosso dever de cidadão. Mas no fundo de nossos corações, de muitos e muitos dentre nós, o simples ideal do conhecimento não é palavra. No imaginário das sociedades ocidentais reside o impulso para o conhecimento racional. Por isso, estamos mal acomodados neste conhecer que se resolve num fazer de conta de conhecimento. Para a tarefa de começar a recompor nossa individualidade fendida encontraremos muitos aliados dispostos a instaurar na Universidade uma nova divisão do trabalho intelectual.

Vocação de professor e dever de cidadão: para deixar de "fazer de conta".

José Arthur Giannotti é professor de Filosofia e atual presidente do CEBRAP.

**Novos Estudos Cebrap, São Paulo
n.º 10, pp. 32-41, out. 84**
